

A Irmandade de São Tomás de Vila Nova da cidade de Coimbra (1687-1707)*

The Brotherhood of Saint Thomas of Villanova from the city of Coimbra (1687-1707)

FILIPE MIGUEL DE ANDRADE CAMPOS

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Largo Porta Férrea, 3004-530 Coimbra (Portugal) - Centro de História da Sociedade e da Cultura, R. de S. Pedro, n.º2, 3000-370 filipeandrade37@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9350-2290>

Recibido/Received: 13/03/2025. Aceptado/Accepted: 09/04/2025.

Cómo citar/How to cite: Andrade Campos, Filipe Miguel de (2025). “A Irmandade de São Tomás de Vila Nova da cidade de Coimbra (1687-1707)”, *Erasmus. Historia Medieval y Moderna*, 12, pp. 145-182. DOI: <https://doi.org/10.24197/1mgxgg49>

Artículo de acceso abierto distribuido bajo una [Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional \(CC-BY 4.0\)](#). / Open access article under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC-BY 4.0\)](#).

Resumen O aparecimento do culto a São Tomás de Vila Nova, em Coimbra, remonta à segunda metade do século XVII. A chegada à cidade de uma relíquia e uma imagem de roca do santo, provenientes de Valência, no dia 18 de janeiro de 1687, levou à fundação de uma irmandade dedicada a este, por iniciativa do cabido de Coimbra, em novembro do mesmo ano. Foi instalada no altar da invocação do seu orago, com fins devocionais, na igreja paroquial da Sé. O presente trabalho tem como finalidade o estudo desta confraria, através da abordagem ao cartório, irmãos, lideranças e contas da irmandade.

Palabras clave: Irmandades, lideranças, rituais, contas, São Tomás de Vila Nova, Coimbra.

Abstract: The appearance of the cult to Saint Thomas of Villanova, in Coimbra, dates back to the second half of the 17th century. The arrival in the city of a relic and a rock statue of the saint, from Valencia, on January 18th, 1687, led to the founding of a brotherhood dedicated to him, on the initiative of the chapter of Coimbra, in November of the same year. It was installed on the altar of the invocation of its patron, for devotional purposes, in the parish church of the Sé. The purpose of this work is to study this confraternity, through an approach to the registry office, brothers, leaders and accounts of the brotherhood.

Keywords: Brotherhoods, leaderships, rituals, accounts, São Tomás de Vila Nova, Coimbra.

* Este trabalho foi realizado no âmbito do Doutoramento em História Moderna da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

INTRODUÇÃO

As primeiras associações confraternais surgiram na Idade Média, em Portugal e na Europa, no contexto religioso, congregando apenas religiosos e tendo-se estendido depois a leigos. Nos séculos XIII e XIV, verificou-se um surto de confrarias da caridade, agregadas às corporações de ofícios e a irmandades de socorro aos pobres e caridade, que eram praticados pelo amor a Deus, e protegiam indivíduos pertencentes à mesma condição social (Tavares, 1989, pp. 101-104). As suas finalidades cimeiras foram a assistência aos seus membros na doença, pobreza e morte, implicando-se diretamente na missão de salvação da alma, divulgada incansavelmente pela Igreja Católica (Araújo, 2006, p. 13)¹.

Estas instituições encontraram rápida aceitação na sociedade, tendo-se tornado um dos fenómenos religiosos de mobilização de leigos mais popular. Muitos ingressavam nestas instituições com objetivos religiosos, de exercício da caridade, esperando também recebê-la em caso de necessidade, de sociabilidade, construindo ou reforçando laços e identidades, de coesão comunitária e de poder (Penteado, 2000, pp. 459-462).

Espontâneo e dinâmico, o movimento confraternal ganhou múltiplas facetas, no decorrer dos séculos. Algumas irmandades continuaram a surgir no meio corporativo secular², outras congregaram indivíduos da mesma condição social³, outras emergiram em cenóbios por iniciativa de religiosos ou leigos devotos⁴. Para além das casas religiosas, também as paróquias, pela relevância que assumiam nos âmbitos religioso e social, tornaram-se recetáculo da maioria das irmandades que permitiram o reforço das redes de sociabilidade no contexto destas comunidades (Reis, 2005, p. 269).

Usufruindo de considerável recetividade social, as autoridades eclesiásticas, os religiosos e os leigos promoveram a criação de confrarias que congregavam os católicos em torno de devoções que permitiam o reforço das suas crenças, da doutrina tridentina e o combate às ideias

¹ Sobre a pobreza e assistência na vida e na morte em Portugal consulte-se (Lopes, 2000; Lopes, 2016; Reis, 2021).

² Tome-se como exemplo a irmandade de Santa Catarina do Monte Sinai, valência religiosa da corporação dos livreiros de Lisboa (Fonseca, 2019, pp. 97-100).

³ Tome-se como exemplo as confrarias e irmandades de negros. Sobre este assunto leia-se (Fonseca, 2016).

⁴ Sobre as confrarias conventuais consulte-se (Silva, 2016, pp. 65-75).

protestantes (Lopes, 2010, p. 104). Destacou-se o patrocínio à criação e consolidação de irmandades dedicadas ao Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário e Almas do Purgatório (Araújo, 2016, p. 12). Com efeito, estas agremiações tornar-se-iam uma das formas mais relevantes de vivência coletiva nos espaços urbanos e rurais, no Antigo Regime (Mota, 1987, p. 267).

Em Portugal, a partir de 1498, afirmaram-se as irmandades da Misericórdia, de iniciativa laical e patrocínio régio. Estas instituições singulares no universo confraternal gozaram de uma notável implantação no território português e dos seus domínios ultramarinos, tendo-se dedicado à prática das catorze obras de misericórdia e, por isso, assumido amplas formas de assistência e caridade cristãs⁵.

Outras irmandades, como as votadas aos santos terapeutas ou intercessores, dedicaram-se à divulgação do seu culto e veneração. Estas procuraram estimular a devoção dos leigos e mobilizá-los para o cumprimento dos preceitos e normas instituídos pela Igreja Católica, como promoção de práticas de caridade e boas obras, de oração, da administração de sacramentos, de combate à pobreza, mas também de momentos de sociabilidade e confraternização, estimulando a edificação e consolidação de relações sãs nas comunidades locais (Mantecón Movellán, 1990).

Na pastoral tridentina, viabilizava-se a devoção dos santos enquanto intercessores junto de Jesus Cristo. No entanto, também se procurava cercear manifestações profanas que estavam associadas a muitas dessas venerações. Isto originou uma reforma do santoral, tendo resultado na sua redução, purificando-se o culto e debelando-se o consequente envolvimento confraternal em torno dos santos (Reis, 2005, p. 400).

O presente trabalho procura fazer o estudo da Irmandade de São Tomás de Vila Nova de Coimbra, procurando perceber de que forma a devoção a este santo intercessor valenciano se implantou na cidade e o contexto em que a irmandade foi fundada. Também serão alvo de abordagem o cartório da instituição, cuja documentação foi toda analisada para o presente trabalho, os irmãos que ingressaram nela, as lideranças, e as contas, que permitem reconstituir os seus quotidianos e perceber o nível de observância aos estatutos.

⁵ Sobre estas irmandades, consulte-se (Sá, 1997; Abreu, 1999; Araújo, 2003; Sá e Lopes, 2008; Paiva, 2002-2017; Sá e Rodrigues, 2023; Oliveira, 2024; Lopes, 2024).

O presente trabalho carece de um enquadramento sobre a situação confraternal de Coimbra, pois esse estudo encontra-se por fazer. Atualmente, a única fonte que pode elucidar acerca do tema, é a Memória Paroquial de Coimbra. No entanto, este documento elenca apenas as irmandades que estariam no interior das igrejas paroquiais, excluindo as que existiam em espaços conventuais, instituições, capelas ou ermidas. Com efeito, em 1758, existiam pelo menos 18 irmandades paroquiais e três fora (a Misericórdia e duas irmandades em Celas, burgo que pertencia à paróquia da Sé)⁶. Para a Época Moderna, a única irmandade da cidade que se encontra estudada é a Misericórdia (Lopes, 2024), existindo ainda alguns estudos sobre a Confraria da Rainha Santa, fundada em 1560, e que chegou aos nossos dias⁷. Deste modo, não serão estabelecidas comparações com outras irmandades.

1. ENTRONIZAÇÃO DO CULTO A SÃO TOMÁS DE VILA NOVA EM CASTELA, ARAGÃO E EM COIMBRA

Filho primogénito de Alonso Tomás Garcia e Lucia Martinez de Castellanos, Tomás nasceu em Fuenllana, um pequeno povoado localizado no reino de Castela e arcebispado de Toledo, nos finais do ano 1486. Em 1501-1502, ingressou na Universidade de Alcalá de Henares. Nessa instituição obteve o grau de bacharel em Artes, em 1508, onde se veio a tornar catedrático (Dias, 1975, pp. 329-330; Campos Fernández de Sevilla, 2018, pp. 21-62; Cruz Grancho, 2020, p. 44).

Em 1516, tomou o hábito da Ordem de Santo Agostinho, em Salamanca, e dois anos mais tarde foi ordenado sacerdote. Na Ordem onde professou, Frei Tomás exerceu 148efere cargos de 148eferencia, destacando-se os de provincial da Província de Castela e de definidor provincial da Ordem. O exercício destes cargos atesta as suas excepcionais qualidades, também confirmadas pela enorme popularidade que granjeou, particularmente durante a sua estada no mosteiro de Burgos. Abandonou este cenóbio quando foi nomeado bispo de Valência, em 1544, tendo falecido na mesma cidade no ano 1555. Foi sepultado no convento valenciano dos frades agostinhos de Santa Maria do Socorro. O Papa Paulo

⁶ Consulte-se Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT) (1758). “Memória paroquial de Coimbra”. *Dicionário Geográfico de Portugal*, Tomo 11, nº 349, pp. 2371-2400.

⁷ Tome-se como exemplo (Rebello e Urbano, 2020).

V⁸ beatificou-o no dia 7 de outubro de 1618, pela promulgação do Breve *In sede Principis Apostolorum* (Campos Fernández de Sevilla, 2023, p. 363). No breve da sua beatificação, a Santa Sé concedeu licença para imprimir estampas com a efigie do novo beato da Igreja Católica e aprovou o 149efere litúrgico e celebração da missa do bem-aventurado Tomás de Vila Nova nos conventos dos religiosos e religiosas da Ordem de Santo Agostinho do reino de Valência. Viria a ser canonizado no dia 1 de novembro de 1658, pelo Papa Alexandre VII (Dias, 1975, pp. 329-330; Melgar Viciosa, 2018, p. 20; Campos Fernández de Sevilla, 2018, pp. 69-195; Cruz Grancho, 2020, p. 44)⁹.

A confirmação da santidade de Frei Tomás de Vila Nova, validou a devoção e culto a este novo santo já existente desde a sua 149efere. A difusão do culto a São Tomás foi promovida a partir dos conventos da Ordem de Santo Agostinho de Madrid, Sevilha, Córdova, Saragoça, Barcelona e, sobretudo, Valência. As festas coincidem com o mapa dos conventos da Ordem de Santo Agostinho nos 149efere reinos ibéricos leais à Coroa de Castela (Vincent-Cassy, 2012, p. 154). Cádiz celebrou quer a sua beatificação (1652), quer a canonização (1660) (Morgado, 1996, p. 206).

A devoção foi irradiada por intermédio da fundação de confrarias e irmandades, novenas, procissões, festas, imagens e estampas. O santo vestido com o hábito dos frades agostinhos, com uma bolsa e moedas na mão passou a ser muito popular. A 149efere de generosidade associada a São Tomás, cativou muitos fiéis, tendo-lhe valido o epíteto de pai dos pobres (Campos Fernández de Sevilla, 2018, p. 199).

O Papa Paulo V emitiu um novo Breve, intitulado *In supremo apostolatus solio*, de 24 de setembro de 1619, concedendo a Vila Nova dos Infantes e a toda a Ordem de Santo Agostinho autorização para rezar e celebrar missa ao beato (Campos Fernández de Sevilla, 2023, p. 363). No dia 3 de agosto de 1621, o cabido municipal da mesma localidade concordou em celebrar a festa do Bem-aventurado Tomás de Vila Nova no dia 18 de setembro, todos os anos. Em 1644, Vila Nova dos Infantes colocou-se sob a sua proteção, ainda antes da sua canonização. Terão existido duas irmandades votadas a São Tomás de Vila Nova, nesta mesma localidade. A primeira terá sido fundada entre 1618 e 1620. A segunda foi 149eferenc no dia 8 de fevereiro de 1736. De uma perdeu-se o rasto e a

⁸ Sobre o Papa Paulo V consulte-se (Walsh, 2007, pp. 166-167).

⁹ Sobre o Papa Alexandre VII consulte-se (Walsh, 2007, pp. 33-34).

outra foi agregada a uma congénere mariana, em 1883 (Chaparro Contreras, 2018, pp. 37-38).

A canonização de São Tomás de Vila Nova cumpre o propósito divulgador da doutrina tridentina, promotora da prática das boas obras como 150efere indispensável para a salvação dos fiéis (D. W. Jones, 2003, p. 108). No entanto, é igualmente claro o vínculo aos 150eferenci da Coroa castelhana. Tratava-se de um santo político na medida em que a obtenção da canonização havia sido apoiada pelo rei, evidenciando a piedade do monarca. Expressão disto é a participação inédita do rei e da 150eferen real, que custearam as festas no convento agostinho de São Filipe o Real, celebradas entre os 150efe 15 e 25 de setembro de 1659, ação que se repetiu noutros conventos da cidade sob o patrocínio de 150efere elementos da 150eferen do rei Filipe IV (Vincent-Cassy, 2012, pp. 154-157). Em 1750, foi fundada uma Irmandade de São Tomás de Vila Nova, em Madrid, que congregava fiéis oriundos da região castelhana da Mancha, dado que permite confirmar a vitalidade do culto 150eferenci (Sánchez de Madariaga, 2014, p. 26).

Em 1681, chegaram ecos a Portugal de muitos milagres “em toda a parte por meyo das suas Reliquias [de São Tomás]”¹⁰. Em Coimbra, a devoção a São Tomás de Vila Nova foi 150eferencia150 por iniciativa do bispo D. Frei Álvaro de São Boaventura¹¹. A sua devoção a este santo esmoler expressou-se de forma mais concreta na 150efer de construção de uma capela na Sé de Coimbra¹². A obra foi executada em 1684¹³.

Após a conclusão da capela, o cabido de Coimbra¹⁴ escreveu insistentemente ao cabido de Valência manifestando desejo de ter em sua

¹⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC) (1692). *Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás de Villanova*, IV-3^a-1-3, fl. 2v.

¹¹ Era filho de Manrique da Silva, 1.º marquês de Gouveia, e de D. Maria de Lencastre. Isto significa que por via materna, era neto do 3.º Duque de Aveiro, D. Álvaro de Lencastre. Professou na Ordem Franciscana, no dia 28 de maio de 1631, não se conhecendo destacados méritos ou virtudes, para além de ter exercido o cargo de superior de alguns dos conventos da sua ordem religiosa. Foi bispo da Guarda (1670-1672) e de Coimbra (1672-1683). Faleceu no dia 19 de janeiro de 1683. (Cardoso, 1985, p. 11; Paiva, 2006, pp. 249 e 457).

¹² AUC (1692). *Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás...*, cit., fl. 3.

¹³ Esta foi destruída em 1939 para ser aberta uma nova passagem da igreja para o claustro da Sé Velha (Craveiro, 2011, pp. 56 e 112).

¹⁴ Acerca do cabido da Sé de Coimbra, no século XVII, consulte-se (Silva, 2010).

posse uma relíquia do santo valenciano na sua Sé¹⁵. O cabido valenciano respondeu favoravelmente ao apelo, com vista à dilatação do culto de São Tomás de Vila Nova em Coimbra e, também, “por la 151efer, amor, y buena correspondencia, que professamos al muy ilustre cabildo, y snrs. Canónigos de la dicha santa iglesia cathédral de Cohimbra”¹⁶.

De facto, as relações entre os dois cabidos estreitaram-se graças à oferta da relíquia. No dia 29 de março de 1688, o cabido de Coimbra reunido decidiu mandar imprimir os sermões que se pregaram quando da entrada na relíquia 151eferenci, em latim e em 151eferenci “para se 151eferen tudo ao cabido de Valença, para assim se prostrar este cabido agradecido a grandeza com que se ouve na data desta Santa Reliquia e dispêndio que fes”¹⁷. A relíquia foi também usada como motivação para o cabido de Coimbra se dirigir, em forma de carta, ao cabido de Sevilha a quem pediu bom conselho a propósito de um pleito com o bispo D. João de Melo, criada por o prelado querer visitar o cabido de Coimbra com 151eferencia, situação que era contrária ao costume instituído. A carta foi escrita a 22 de maio de 1690 e começava da seguinte forma:

“Na benevolensia e grandeza que experimentamos no animo de Nosso Senhor para honrar este Cabido quando o nosso Capitular o Doutor Luis de Loureiro Albuquerque passou a Valença a 151eferenc a veneravel e inestimavel Reliquia de São Thomás de Vila Nova temos adquirido confiança para nos valer da vontade que Vossa Senhoria mostrou de nos fazer merce nos particulares que occorressem a esta Comunidade ficando certos que para a generosidade de Vossa Senhoria será lisonja a ocasião de repetidos Beneficios, aos que sempre será reconhecida a nossa estimação e reconhecimento”¹⁸.

A relíquia 151eferenci em “ó huezo del cuerpo del dicho Santo Thomas de Villanueva” (Garcia, 1892, p. 330). Com efeito, o cabido de Valencia dividiu o osso de São Tomás de Vila Nova que tinha em sua posse, e enviou um dos fragmentos para Coimbra.

A tarefa de ir buscar a relíquia a Valência recaiu sobre o cónego e Doutor na Faculdade dos Sagrados Cânones Luís Loureiro de

¹⁵ Informação constante no auto de entrega da relíquia de São Tomás de Vila Nova que se encontra transcrito e publicado em (Garcia, 1892, pp. 300-301).

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 330.

¹⁷ AUC (1682-1690). *Acordos do Cabido da Sé*, III-1ªD-1-1-15, fls. 93v.

¹⁸ AUC (1690-1699). *Acordos do Cabido da Sé*, III-1ªD-1-1-16, fls. 8v.

Albuquerque, membro do cabido de Coimbra e mandatado pelo mesmo para o efeito¹⁹. Este partiu de Coimbra, rumo a Lisboa, no dia 4 de setembro de 1686, “para pequeno demandar embarcação para Alicante, por lhe parecer mais 152efere a jornada por mar”²⁰. Embarcou a 14 de setembro, tendo alcançado o porto de Cádiz no dia 18 do mesmo mês. Seguiu viagem até Alicante e daí até Valência, onde foi acolhido e hospedado pelo arcebispo de Valência, D. Frei João Tomás de Rocaberte²¹.

A entrega solene da relíquia ocorreu no dia 20 de novembro de 1686 (Garcia, 1892, p. 301). A relíquia chegou a Coimbra no dia 18 de janeiro de 1687, tendo o cónego Luís Loureiro de Albuquerque depositado a mesma no Convento de São Francisco da Ponte. São conhecidos dois relatos da entrada da relíquia 152eferenci. Pela riqueza e pormenor descritivo de ambos os documentos ficam transcritos no presente trabalho. Um encontra-se nos estatutos da Irmandade de São Tomás de Vila Nova, está transcrito de seguida²². O outro, mais pormenorizado, encontra-se nos acordãos do cabido de Coimbra²³:

“Chegou ao fim a Coimbra rico com este grande thezouro o dito Conego em 18 de Janeiro, ê pequeno depozitada â Santa Reliquia no Convento dos Muito Religiozos Padres de São Francisco da Ponte depois de se preparar huã solemne entrada ao som de repiques e de hum universal applauzo de toda esta cidade de Coimbra, que então verdadeiramente parece se ria, ordenouse logo procissão de todo o Clero, Religiões e Cabido para haverem de acompanhar athé esta Santa Sé aquella preciosa Reliquia, que debaxo do palio quis trazer por sua devoção o Illustrissimo Snõr Bispo Conde D. [fl. 5 v.] D. João de Mello precedendo hum bem adereçado andor, em que se via a admiravel Imagem, que hoje veneramos em ô Altar e Cappella deste gloriozo Santo, obra de huã mao muito prima e que por si se recomenda aos olhos. Collocada já a Santa Reliquia no Altar mor, impaciente a devoção dos moradores de Coimbra forão sem numero os que na quelle dia concorrerão e bejar e venerar esta sua tão suspirada Reliquia, e mayor foi ainda no dia seguinte o concurso do mais luzido e illustre desta Cidade e Universidade junto na mesma Sé, que

¹⁹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fl. 4.

²⁰ *Ibidem*, fl. 4.

²¹ *Ibidem*, fl. 4v.

²² AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 5-6.

²³ O relato constante nos acordãos do cabido da Sé encontra-se transcrito em (Garcia, 1892, p. 263). E ainda em (Dias, 1975, pp. 332-333).

153efere ricamente armada para festejar a tão grande Santo: esteve em todo aquelle dia o Snõr solemnemente exposto: houve pregação em louvor de tão Santo Hóspede de manham e tarde; e se não passou daquelle dia o appaluzo da sua boa vinda, foi porque, desde aquelle dia se começou Santo Thomás de Villa nova a fazer mais applaudido por suas maravilhas, que são já tantas, como bem testemunhão os muytos votos, que vemos offerecidos em seu Altar em 153eferencia^{153nto} das mercés, que cada dia pequeno recebem deste [fl. 6] Santo os que piamente ô invocão”²⁴.

Nos meses seguintes à entrada festiva da relíquia 153eferenci, a adesão ao culto de São Tomás de Vila Nova ganhou progressiva expressão entre a população coimbrã. Ao aperceber-se disto, o cabido solicitou autorização ao bispo de Coimbra, D. João de Melo²⁵, para ser fundada uma confraria votada ao santo valenciano. O bispo consentiu. A Irmandade de São Tomás de Vila Nova 153eferenci em novembro de 1687, na capela da mesma invocação na Sé, pequenopequeño os seus estatutos só terem sido 153eferenci, pelo mesmo prelado, no dia 10 de janeiro de 1692²⁶.

A longevidade da irmandade conhecida circunscreve-se à documentação que produziu, e que chegou aos nossos 153efe, não tendo sido encontrada qualquer outra 153eferencia à sua 153eferencia. Significa isto que a irmandade terá durado pelo menos até 1755, pequeno da documentação que permite uma análise cuidada do seu funcionamento se esgotar em 1707. O que atesta a existência da irmandade até 1755 é uma nota solta, no livro de receita e despesa de 1694-1695, que dá conta de uma dívida da instituição ao reverendo António Pereira do Amaral, tesoureiro-mor da Sé. A dívida, no valor de 433 880 réis, foi saldada no dia 2 de abril

²⁴ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 5-6.

²⁵ Nasceu em Évora, em 1624, sendo filho de D. Jorge de Melo, fidalgo, e de D. Margarida de Távora. Foi bispo de Elvas (de 4 de julho de 1671 a 17 de julho de 1673), de Viseu (de 17 de julho de 1673 a 24 de janeiro de 1684) e de Coimbra (de 24 de janeiro de 1684 a 20 de junho de 1704). Tomou posse como bispo de Coimbra no dia 4 de julho de 1684. Fundou o Recolhimento feminino do Paço do Conde, sob a invocação de Santa Maria Madalena. Ordenou a demolição da igreja românica de São João de Almedina e reedificou-a com a orientação que tem atualmente. Faleceu no dia 28 de junho de 1704, tendo sido sepultado no cenóbio do Bussaco. Sobre o falecimento e cerimónias fúnebres do bispo D. João de Melo consulte-se AUC (1699-1714). *Acordos do Cabido da Sé*, III-1^oD-1-1-17, fls. 116-117v. Sobre a vida e ação do mesmo bispo consulte-se (Cardoso, 1985, p. 11; Paiva, 2006, pp. 579-585; Santos, 2015).

²⁶ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 91v.-92.

de 1755 com dinheiro que o juiz emprestou à irmandade²⁷. A festa em honra de São Tomás de Vila Nova ter-se-á realizado pelo menos até 1754. São prova disto os três sermões das festas dos anos 1750, 1752 e 1754, que terão sido proferidos por Frei Pedro Tomás Sanches. O teor dos seus sermões não contém menções à irmandade mas apenas à devoção que a cidade ainda conservava à relíquia e veneração ao santo esmolero de Valência, tecendo o pregador elogios ao cabido de Coimbra²⁸. A Memória Paroquial de 1758 faz menção do altar de São Tomás de Vila Nova, localizado na nave da parte da Epístola, afirmando a existência de apenas uma irmandade na Sé dedicada ao Santíssimo Sacramento²⁹.

A presença do culto a São Tomás de Vila Nova é percebida em vários templos da cidade. Na igreja do Colégio de Jesus, atualmente designada Sé Nova, foi também edificada uma capela votada a São Tomás de Vila Nova, primitivamente dedicada a São Francisco Xavier. A eloquente empreitada foi encomendada à oficina lisboeta do escultor entalhador Matias Rodrigues de Carvalho, por contrato estabelecido no dia 10 de agosto de 1682 com o padre Luís Álvares, administrador da capela. A obra terá sido concluída em 1688. Posteriormente, a imagem valenciana de roca do santo, que foi trazida juntamente com a relíquia de Valência, e entrou em procissão pública, no dia 18 de janeiro de 1687, foi transferida da Sé Velha para esta capela da Sé Nova, onde se encontra depositada até hoje (Craveiro, 2011, p. 76).

Na sacristia do mesmo Colégio encontra-se uma pintura de São Tomás de Vila Nova entre os pedintes, da escultura do valenciano Gaspar de la Huerta, assinada e datada de 1676³⁰.

Outra escultura foi colocada na igreja do Colégio de Nossa Senhora da Graça, propriedade da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, no altar do Senhor dos Passos (o primeiro do lado do Evangelho), ao lado esquerdo do seu orago³¹. A escultura e história desta são ainda desconhecidas, no entanto a sua presença na igreja conventual dos frades de Santo Agostinho atesta a promoção do culto público feita por estes, à semelhança do

²⁷ AUC (1694-1695). Livro da receita e despeza da Irmandade de Santo Thomas de Villa Nova do anno de 1694 para 1695, III, 1^aD-2-4-102.

²⁸ Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (doravante BGUC), *Sermoes varios de Frei Pedro Thomas Sanchez*, Manuscrito 1130-1131.

²⁹ ANTT (1758). “Memória paroquial de Coimbra”. cit., pp. 2375-2378.

³⁰ Sobre esta peça de arte veja-se (Dias, 1975, p. 137).

³¹ Sobre o Colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra consulte-se (Sousa, 2016, p. 434).

que se havia verificado nos reinos ibéricos liderados pela Coroa de Castela (Vincent-Cassy, 2012, p. 154).

A relíquia de São Tomás de Vila Nova integrou a vasta coleção patrimonial da Sé de Coimbra. O 155referencia de 1710 descreve-a da seguinte forma:

“Ha mais hum Reliquario com esmaltes azues, e hum coração de prata no 155efe do Reliquario sobredourado, e outro coração no pé, tem de 155efe seis marcos e duas onças, o qual não está no 155referencia velho, tem a relíquia de São Thomaz, tem também vidraças, as quaes entram no ditto peso”³².

No 155referencia da Sé, datado de 1761, volta a encontrar-se 155referencia ao relicário com uma descrição semelhante:

“Hum relicario sobredourado com remates azues, e hum coração de prata no alto do relicario, e outro mais pequeno no alto [fl. 6 v.] da relíquia que he de Santo Thomaz de Vila Nova; peza com as vidraças seis marcos e duas onças”³³.

Atualmente, o relicário de São Tomás de Vila Nova, que chegou a Coimbra no dia 18 de janeiro de 1687, encontra-se integrado no espólio patrimonial do Museu Nacional Machado de Castro (Craveiro, 2011, p. 61).

2. O CARTÓRIO DA IRMANDADE

Para o seu bom governo, cada irmandade produzia documentação de variada ordem tendo sido constituídos cartórios de maior ou menor dimensão consoante as necessidades e realidade de cada uma. Geralmente, os estatutos estabeleciam as tipologias de livros necessários, o que não significa que, adaptando-se às circunstâncias de cada momento da sua existência, cada confraria não tenha criado outros livros de registo. Quando esta atitude se verifica é sintomática do seu crescimento (Araújo, 2001, p. 14).

³² Arquivo do Seminário Maior de Coimbra (doravante ASMC) (1710). *Inventário de todos os bens que ha nesta Sé*. Livro s. n.º.

³³ ASMC (1761). *Inventário da prata, ornamentos, roupa branca, e mais trastes pertencentes à Sacristia desta Sé de Coimbra*. Livro s. n.º, fls. 6-6v.

Os estatutos da irmandade de São Tomás de Vila Nova, aprovados em 1692, previam a existência de vários livros para uma gestão sã dos seus assuntos correntes³⁴. Os livros de entradas de irmãos deveriam conter informações relativas aos membros que integravam a instituição, concretamente, “o seu nome, officio, rua e freguezia onde mora”³⁵. A estes dados acrescia o valor de esmola de entrada que cada irmão tivesse entregado³⁶. No mesmo livro registava-se a informação de falecimento dos irmãos da seguinte forma: “se porá à margem do termo o dia e era em que faleceu”³⁷. Todas as informações constantes nestes livros eram redigidas pelo escrivão. O mesmo elemento da Mesa tinha a responsabilidade de preencher o livro do Alfabeto com os nomes dos novos irmãos, fazer os róis para se controlar a entrega das esmolos, anualmente, e proceder à chamada de verificação de presença dos irmãos, no dia da eleição da Mesa³⁸.

Nos livros de receita e despesa deveriam constar as contas da instituição. Todos os termos dos livros que serviam este propósito tinham de ser assinados pelo juiz, procurador e tesoureiro³⁹. A totalidade da documentação de autoria da irmandade de São Tomás de Vila Nova que se conhece encontra-se congregada no Arquivo da Universidade de Coimbra, no fundo de Confrarias, Irmandades e Misericórdias (Paiva, 2015, pp. 172-173). Para além do livro dos estatutos, existem mais oito livros, todos de receita e despesa anual para os seguintes anos: 1690-

³⁴ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 1-15.

³⁵ *Ibidem*, fl. 7.

³⁶ *Ibidem*, fl. 10v.

³⁷ *Ibidem*, fl. 9v.

³⁸ *Ibidem*., fl. 9 e 10v.

³⁹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fl. 10v.

1691⁴⁰, 1691-1692⁴¹, 1693-1694⁴², 1694-1695⁴³, 1696-1697⁴⁴, 1700-1701⁴⁵, 1701-1702⁴⁶ e 1703-1704⁴⁷.

Na verdade, estes livros não conservam apenas o registo das contas da instituição, mas também o de toda a atividade anual da irmandade, constando nestes os termos de eleição da Mesa, com a sua composição, e os registos de entradas dos irmãos. Significa isto que a documentação revelou uma estrutura documental diferente da instituída pelos estatutos da irmandade.

Cumprе, ainda, destacar que o último livro de receita e despesa tem informações, desorganizadas e com lapsos, afetas aos anos de 1703 a 1707. É, ainda, facilmente perceptível a falta dos livros de receita e despesa relativos aos anos de 1692-1693 e de 1697 a 1700. Por esse motivo, estes anos estão omissos no presente trabalho. O período selecionado corresponde, deste modo, à datação da documentação produzida pela instituição.

3. OS IRMÃOS: INGRESSOS, CORPOS SOCIAIS E OBRIGAÇÕES

Na Época Moderna, ingressar numa irmandade constituía uma resposta a um apelo de mobilização dos fiéis em torno de devoções, corporações, profissões, ou práticas assistenciais e religiosas que traziam reconhecimento social aos seus elementos. Começamos por referir que a entrada de irmãos tinha sempre de partir da vontade individual de pertença à instituição, era pública e firmada pelo juramento do compromisso,

⁴⁰ AUC (1690-1691). Livro da receita e despesa da Irmandade de S. Thomas de Villanova do anno de 1690 pera 1691, III, 1^aD-2-4-97.

⁴¹ AUC (1691-1692). Livro da receita e despesa da Irmandade de S. Thomas de Villanova do anno de 1691 pera 1692, III, 1^aD-2-4-104.

⁴² AUC (1693-1694). Livro da receita e despesa da Irmandade do Sancto Thomas de Villa Nova do anno de 1693 pera 1694, III, 1^aD-2-4-103.

⁴³ AUC (1694-1695). Livro da receita e despesa..., cit.

⁴⁴ Certamente por lapso, quem escreveu o titulo do livro enganou-se nos anos, sendo o teor deste afeto a 1696-1697. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despesa da Irmandade do Glorioso Santo Thomas de Villanova do anno de 1695 pera o ano de 1696*, III, 1^aD-2-4-101.

⁴⁵ AUC (1700-1701). Livro da receita e despesa da Irmandade de Santo Thomas de Villanova do anno de 1700 pera o 1701, III, 1^aD-2-4-100.

⁴⁶ AUC (1701-1702). Livro da receita e despesa da Irmandade de S. Thomas de Villanova Arcebispo de Valença do anno de 1701 pera 1702, III, 1^aD-2-4-98.

⁴⁷ AUC (1703-1707). Livro da receita e despesa da Irmandade de S. Thomas de Villanova Arcebispo de Valença do anno de 1703 pera 1704, III, 1^aD-2-4-99.

impondo-se a inscrição do novo irmão em livro próprio, destinado para o fim, e o pagamento de uma joia de entrada (Braga, 2014, p. 2). Cada pessoa podia pertencer ao número de irmandades que quisesse, consoante o grau da sua religiosidade, capacidade financeira e interesses de variada ordem, como a pertença a mais círculos religiosos e de poder ou a acumulação de benefícios salvíficos⁴⁸.

Mas o que motivava as pessoas a solicitar o ingresso nas irmandades e confrarias? Para além do evidente medo e incerteza relativamente ao *post mortem*, procurava-se o conforto e proteção destas instituições. A exposição social, a atribuição de indulgências e benefícios espirituais, o apoio espiritual e material previstos nos estatutos, a maior facilidade de acesso a crédito, a garantia de acompanhamento no dia do enterro com dignidade, os sufrágios pelas almas, o sentimento de pertença a uma comunidade específica e prestigiada, abrindo portas para o aprofundamento da sociabilização, a prática de oração pessoal quotidiana ou regular e de momentos de oração conjuntas, a ação caritativa, a participação em festas, envergando as vestes e insígnias de determinada irmandade, eram razões que podiam estar na base de um pedido de ingresso (Lopes, 2010, pp. 105-106).

Cada confraria estabelecia, autonomamente, os critérios de admissão dos seus membros, nos seus estatutos, podendo ser mais exigente ou facilitar a concretização deste ato. A irmandade de São Tomás de Vila Nova impunha, como requisitos básicos, a “limpeza de sangue, vida e costumes do pretendente”⁴⁹. Quando alguma pessoa queria ingressar na instituição devia apresentar-se em Mesa dizendo o seu nome, ofício, rua e freguesia onde residia⁵⁰. A Mesa mandatava dois irmãos para que soubessem, de forma diligente e secreta, se os candidatos reuniam todas as condições necessárias para entrarem⁵¹. A admissão de cada candidato à irmandade era votada em Mesa e aceite por maioria de votos⁵².

Uma vez aprovado, cada irmão dava de esmola de entrada um cruzado (400 réis), enquanto as irmãs pagavam dez tostões (1000 réis)⁵³. Esta norma revela uma clara tentativa de debelar a entrada de mulheres na

⁴⁸ Veja-se o exemplo do Dr. João de Meira Carrilho, cónego da Sé de Braga, em (Araújo, 2017, pp. 58-62).

⁴⁹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fl. 7.

⁵⁰ *Ibidem*, fl. 7.

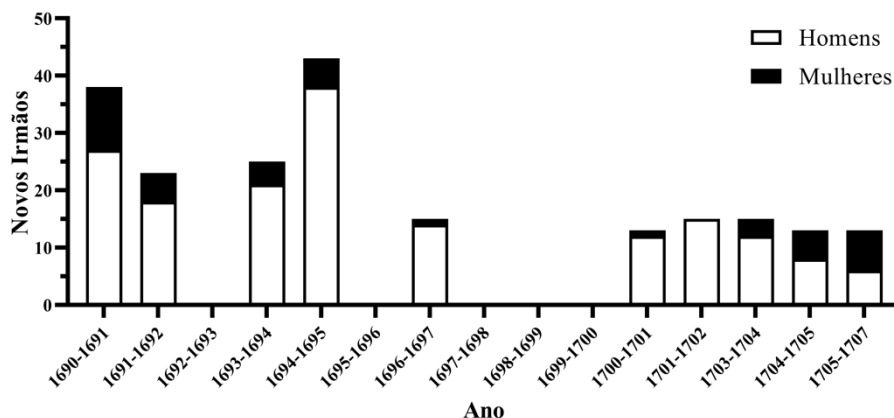
⁵¹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 14v-15.

⁵² *Ibidem*, fl. 7.

⁵³ *Ibidem*, fl. 7.

irmandade, e de todos os que não tinham capacidade financeira para satisfazer os valores estipulados. A partir do ano de entrada em diante, cada irmão dava, anualmente, uma esmola no valor de um tostão (100 réis)⁵⁴. Os estatutos previam, ainda, que sempre que a irmandade necessitasse de obter receita para fazer face às suas despesas, recorresse aos seus membros, sensibilizando-os para contribuírem consoante as suas possibilidades financeiras⁵⁵.

Gráfico 1 – Ingresso de irmãos por género, em números absolutos (1690-1707)



Fonte: AUC (1690-1691). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1691-1692). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1693-1694). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1694-1695) Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1696-1697). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1700-1701). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1701-1702). Livro da receita e despeza..., III, cit. AUC (1703-1707). Livro da receita e despeza..., cit.

Atendendo ao número de entradas, entre 1690 e 1707, verifica-se uma maioria de elementos do sexo masculino (171 irmãos) face ao número de mulheres (42 irmãs). No entanto, é perceptível o aumento do número de entradas de mulheres nos anos de 1704 a 1707. Isto deve-se à diminuição do volume de entradas que a irmandade registara desde 1696. Desde este ano que começaram a ser cada vez mais frequentes a concessão de descontos de entradas, desviando-se a Mesa das imposições dos estatutos. Os homens casados com irmãs passaram a pagar metade do estipulado

⁵⁴ *Ibidem*, fl. 7.

⁵⁵ *Ibidem*, fl. 7v.

(entre 200 e 240 réis). Algumas mulheres seculares também deram menos de 1000 réis de entrada. Foi o caso de Ana Reis, ama (designação atribuída às governantas) do Dr. Manuel da Costa, ingressada no dia 18 de janeiro de 1697, que pagou 960 réis de entrada, não estando a aceitação deste valor justificada⁵⁶. Outra mulher, Rosa Maria, entrou no dia 25 de abril de 1700 e pagou o mesmo valor⁵⁷. A 17 de janeiro de 1704, ingressou na irmandade Natália de Jesus, a quem foi cobrada uma esmola de 400 réis, “atendendo-se a ter sido seu marido irmão, e estar pobre e com grande dezejo de servir o santo”⁵⁸. A partir de 1703, nenhuma mulher secular pagou a joia de entrada estipulada nos estatutos⁵⁹. Além das mulheres leigas, foram também admitidas algumas religiosas. Em relação a estas, não se verificou em caso algum a aplicação de descontos de entrada, e a maioria delas entrou a partir de 1705⁶⁰.

A evolução do contexto em que as mulheres entraram na irmandade, a tentativa de captação de religiosas a partir de 1705, e a redução do número total de entradas são um indicador claro das dificuldades da instituição em recrutar novos elementos e em renovar-se, na primeira década de Setecentos.

No que concerne à proveniência geográfica dos membros da irmandade, confirma-se a tendência observada noutras agremiações, da preponderância do fator de proximidade ao templo onde a instituição estava sedeadada. As irmandades, normalmente, conseguiam recrutar a maioria dos seus irmãos nas paróquias onde estivessem alocadas, ou nas envolventes, para que fosse mais fácil os seus membros cumprirem com as suas obrigações (Araújo, 2001, pp. 42-43).

⁵⁶ AUC (1696-1697). Livro da receita e despeza..., cit.

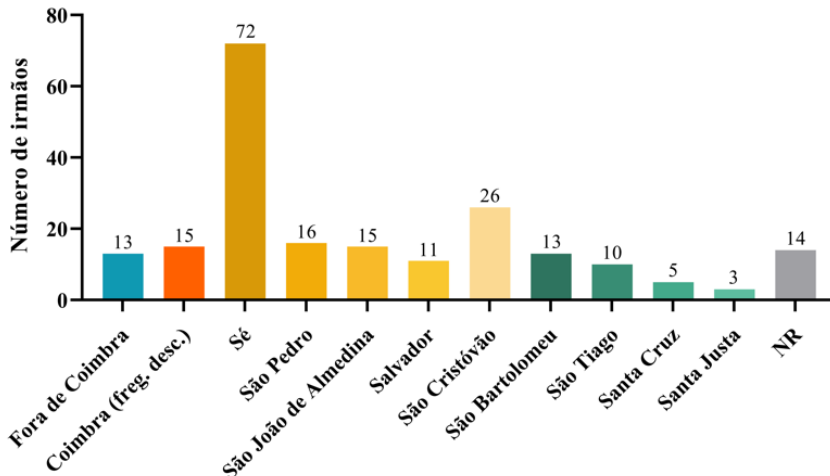
⁵⁷ AUC (1700-1701). Livro da receita e despeza..., cit., fl. 20.

⁵⁸ AUC (1703-1707). Livro da receita e despeza..., fl. 20.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem. Sobre a vida religiosa feminina em Portugal, na Época Moderna, consulte-se (Caldeira, 2021).

Gráfico 2 – Proveniência geográfica dos irmãos, em números absolutos (1690-1707)



Fonte: AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1691-1692). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1694-1695). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1701-1702). *Livro da receita e despeza...*, III, cit. AUC (1703-1707). *Livro da receita e despeza...*, cit.

Como mostra o gráfico 2, a maioria dos irmãos era proveniente da freguesia da Sé, seguindo-se as freguesias de São Cristóvão, São Pedro e São João de Almedina, todas contíguas à paróquia da Sé. Sem expressão significativa encontram-se as freguesias da baixa da cidade, mais distantes da sede da instituição apesar de serem paróquias urbanas⁶¹.

O número de oriundos de outras localidades é reduzido, significando que a ação da irmandade foi centrada ao nível local, não tendo conseguido dilatar o seu raio de captação de membros. Foram poucas exceções encontradas: a condessa de Avintes, que entrou no dia 17 de janeiro de 1694, proveniente de Lisboa, e com uma esmola de entrada de 2400 réis (mais do dobro do valor a que estava obrigada a pagar por determinação estatutária)⁶²; Manuel Correia, que havia sido moço de coro da Sé, mas à data era morador no Porto, e que entrou no dia 14 de

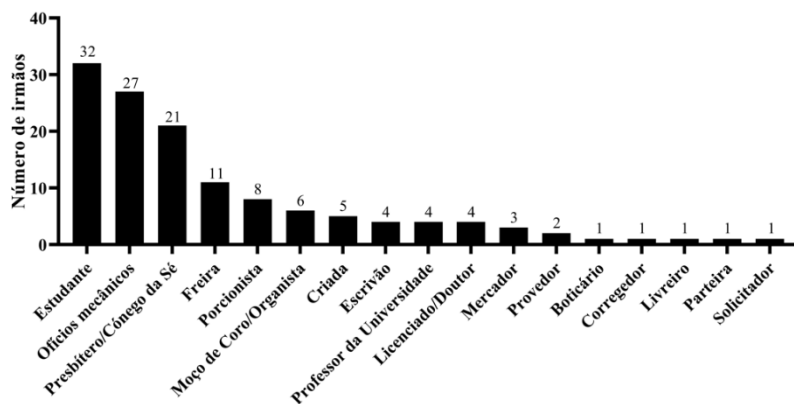
⁶¹ As freguesias da Sé, Salvador, São João de Almedina, São Pedro e São Cristóvão, ocupavam a alta da cidade, enquanto as freguesias de São Bartolomeu, São Tiago, Santa Cruz e Santa Justa constituíam a baixa.

⁶² AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 29v.

novembro de 1705, com uma esmola no valor de 600 réis⁶³; e os priores das freguesias rurais de Casal Comba (padre Manuel Belo) e de Castelo Viegas (padre José Francisco de Abreu) que ingressaram, respetivamente, a 16 de janeiro de 1695⁶⁴ e a 5 de maio de 1700⁶⁵.

Provenientes de fora da cidade eram também algumas religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira de Sernancelhe⁶⁶, concelho distante e da diocese de Lamego, que se filiaram na instituição em datas diferentes. Desconhece-se a ligação destas à irmandade, mas certamente a justificação encontra-se nas relações familiares ou afetivas a Coimbra. Da cidade, o único cenóbio onde a irmandade recrutou membros foi no Convento de Santa Ana, apesar da sua presença ser irrisória⁶⁷. A presença do clero masculino, de docentes e estudantes da Universidade de Coimbra e de outras pessoas com relevância social na cidade foi mais expressiva. Os estatutos previam o alistamento “por Irmãos do Pay dos pobres o melhor da nobreza e povo desta Cidade de Coimbra”⁶⁸.

Gráfico 3 – Ofícios ou ocupações dos irmãos, em números absolutos (1690-1707)⁶⁹



⁶³ AUC (1703-1707). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 31.

⁶⁴ AUC (1694-1695). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 29v.

⁶⁵ AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 20.

⁶⁶ Sobre o Convento de Nossa Senhora da Conceição da Ribeira de Sernancelhe consulte-se (Sousa, 2016, pp. 361-362).

⁶⁷ Sobre o Convento de Santa Ana de Coimbra consulte-se (Sousa, 2016, p. 213).

⁶⁸ AUC (1692). *Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás...*, cit., fl. 6.

⁶⁹ Estes dados correspondem a 74,6% das entradas. Os restantes irmãos não têm proveniência registada.

Fonte: AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1691-1692). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1694-1695) *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1701-1702). *Livro da receita e despeza...*, III, cit. AUC (1703-1707). *Livro da receita e despeza...*, cit.

A presença dos cônegos da Sé, fundadores da irmandade, possibilitou o ingresso de criadas que trabalhavam em suas casas. Destaque também para a entrada de uma parteira, no dia 2 de fevereiro de 1691, chamada Maria da Fonseca, e que era viúva⁷⁰. Na irmandade foram admitidas pessoas que exerciam ofícios mecânicos, destacando-se os alfaiates (8) e os sapateiros (5) como os mais expressivos. Fica provado o amplo recrutamento social da Irmandade, que neste aspeto, respeitou os ditames estatutários⁷¹.

A partir do ingresso, os irmãos assumiam um conjunto de responsabilidades que deviam observar de forma diligente. Em todos os atos comunitários da irmandade deveriam comparecer com as vestes da instituição para evidenciarem a sua presença nesses momentos. A veste era branca, com murça preta e “com hum coração nella encarnado com setta atavessado e huã cruz em sima do coração que são as armas do gloriozo Santo Thomás”⁷².

Todos eram obrigados a comparecer nos funerais dos elementos da irmandade. Avisados pelos andadores, os irmãos rezavam três Pai nossos e três Avé Marias pela alma do defunto, e rezavam em conjunto o terço durante o acompanhamento ao irmão, desde sua casa até ao local de inumação⁷³. Os irmãos tinham ainda de comparecer em outros atos formais da irmandade, definidos no calendário da instituição, como era o caso da festa anual, celebrada a 18 de janeiro de cada ano, e à eleição da Mesa, que decorria no domingo após a festa. Tinham todos de se confessar duas vezes por ano. Uma no dia da festa e a outra no dia litúrgico de São Tomás de Vila Nova, 18 de setembro⁷⁴. Acresce a estes deveres, as obrigações financeiras já mencionadas⁷⁵.

⁷⁰ AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 30v.

⁷¹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit.

⁷² *Ibidem*, fl. 7.

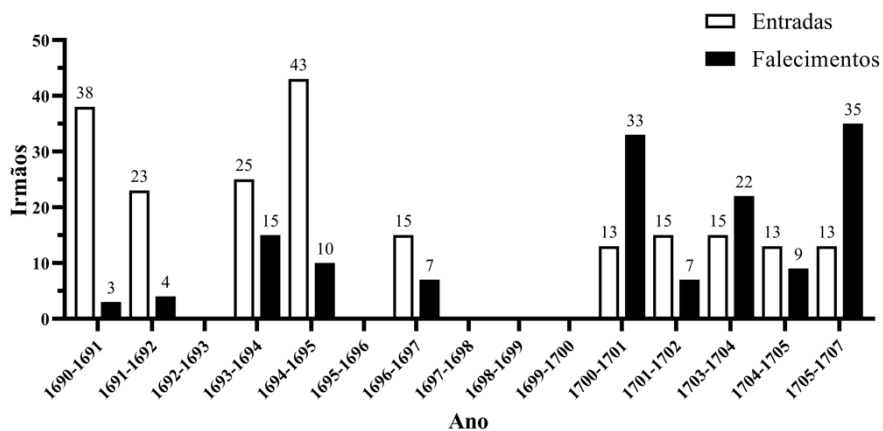
⁷³ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 7v-8.

⁷⁴ Sobre a importância da ação das irmandades no processo de administração regular de sacramentos aos seus membros leia-se (Mantecón Movellán, 1990, pp. 139-142). Sobre a importância da confissão leia-se (Delumeau, 1991).

⁷⁵ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 7v-9.

Os que faltavam às obrigações eram alvo de penalizações várias consoante a gravidade da falta, que geralmente estavam estipuladas nas disposições estatutárias. Os estatutos desta irmandade são omissos no que concerne ao tipo de repreensões aplicáveis para cada infração. Apenas dispõem das causas que eram passíveis da expulsão da irmandade, a pena considerada mais gravosa. Se se viesse a provar que algum irmão não fosse cristão-velho, “ou for castigado por algum crime contheudo na Pastoral do Santo Officio, e por elle sentenciado, logo será riscado de Irmão, e não terá a Irmandade obrigação de lhe mandar fazer acompanhamento nem Missas”⁷⁶. Com o intuito de contabilizar as missas dos que morriam irmãos, os mesários registaram o número de falecidos, anualmente. Confrontado este número com o das entradas, percebemos que nos anos 1700-1701, 1703-1704 e 1705-1707 a entrada de irmãos decresceu, enquanto o número de falecimentos aumentou, tendo-se registado valores de entradas inferiores aos falecimentos, expressando a incapacidade da irmandade se renovar e condenando-a ao definhamento pela redução do número total de irmãos.

Gráfico 4 – Entradas e falecimentos de irmãos, em números absolutos (1690-1707)



Fonte: AUC (1690-1691). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1691-1692). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1693-1694). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1694-1695) Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1696-1697). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1700-1701). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1701-1702). Livro da receita e despeza..., III, cit. AUC (1703-1707). Livro da receita e despeza..., cit.

⁷⁶ *Ibidem*, fl. 15.

Essa redução é também visível, ao longo dos anos, no número de irmãos que entregam as suas contribuições anuais à irmandade. Não podemos, no entanto, afirmar se estes números equivalem à totalidade de membros da instituição, uma vez que alguns poderiam faltar às suas obrigações e outros, numa atitude generosa, entregarem mais do que uma esmola ao longo do ano, como aliás os estatutos previam. No ano 1690-1691, 172 irmãos entregaram esmolas à confraria⁷⁷. Este número dispara para 253, em 1691-1692, para decrescer ininterruptamente desde então⁷⁸. Em 1693-1694, constam 196 registos de entrega de esmola de confrades, 159 em 1696-1697, e 49 em 1700-1701⁷⁹. Em 1694-1695, as esmolas da confraria não foram recolhidas “porque ouve muita xuva”⁸⁰.

4. A MESA: COMPOSIÇÃO E GESTÃO DO QUOTIDIANO

A Mesa era a designação do órgão dirigente das confrarias e irmandades. Era liderada por um presidente que assumia diversas designações: juiz, reitor, administrador, provedor ou prior (nas irmandades de clérigos) (Lopes, 2010, p. 106). Na Irmandade de São Tomás de Vila Nova a designação adotada foi a de juiz, que era coadjuvado por um conjunto de mesários: escrivão, procurador, tesoureiro, dois visitantes, dois mordomos da Cera ou sacristães, mais quatro irmãos “que sempre serão de mayor condição, e dous sempre serão eclesiasticos e Conegos desta Sé”⁸¹.

A Mesa era legitimada por escrutínio dos membros masculinos da irmandade, que eram chamados, anualmente, no domingo após o dia da festa para procederem à sua eleição. Cada Mesa tinha, por isso, mandato de um ano. Nesse dia, os irmãos eram chamados pelo rol e o elemento com mais votos era empossado das funções de juiz. Depois procedia-se à eleição dos demais oficiais pela mesma forma. Se algum eleito não aceitasse o cargo, os estatutos determinavam a nomeação do segundo mais votado⁸². Só se conhecem duas datas de eleição da Mesa e nenhuma

⁷⁷ AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit., fls. 19-21v.

⁷⁸ AUC (1691-1692). *Livro da receita e despeza...*, cit., fls. 20-24.

⁷⁹ AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit., fls. 20-23. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despeza...*, cit. AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*, cit., fls. 16-16v.

⁸⁰ AUC (1694-1695). *Livro da receita e despeza...*, cit, fl. 20.

⁸¹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fl. 13v.

⁸² *Ibidem*, fl. 9.

observa o disposto no estatuto. A eleição de 1693, realizou-se no dia 24 de fevereiro, enquanto a de 1705 ocorreu no dia 9 de novembro⁸³.

No dia póstumo à eleição, o pregador lia do púlpito a composição da Mesa que havia sido eleita e, acabada a missa, o juiz cessante dava juramento aos novos oficiais. No prazo de treze dias após o escrutínio, os mesários cessantes tinham de transitar todos os assuntos para os eleitos, pelos livros de receita e despesa⁸⁴.

Cada membro deste órgão de poder máximo na irmandade tinha obrigações específicas, explanadas nos estatutos. Todos tinham de comparecer em todas as reuniões da Mesa. Ao juiz cabia a convocação de todas as sessões da Mesa, efetuar o registo da data de falecimento de cada irmão, na margem do seu registo de entrada. Tinha ainda a obrigação de organizar a festa da irmandade no dia 18 de janeiro, dia em que a relíquia chegou à cidade, com a responsabilidade de mandar armar a capela de São Tomás de Vila Nova, que estaria pronta a 16 de janeiro e assim ficaria até ao dia da festa. A capela-mor da Sé deveria ser ornada de forma semelhante ao costumado no oitavário do Corpo de Deus. No dia da festa era proferido um sermão de manhã e mais três de tarde⁸⁵.

O escrivão tinha todos os livros da Irmandade na sua posse e era responsável pela sua atualização. O Procurador secretariava as reuniões da Mesa em que o escrivão não pudesse comparecer e assegurava o cumprimento dos estatutos, defendendo os interesses da instituição sempre, quer em situações internas ou com instâncias externas. Mandava ainda fazer termo de todo o dinheiro que se cobrava e das dívidas à irmandade⁸⁶.

O tesoureiro deveria ser alguém de “boa consciencia e abonado”⁸⁷, tendo em sua posse todo o dinheiro da confraria e fazia termo de tudo o que recebia ou despendia. Os visitantes, um residente da porta da Almedina para baixo e outra da mesma porta para cima, tinham a responsabilidade de visitar os irmãos enfermos, aferindo se estes padeciam de algum tipo de necessidade. Se algum irmão endereçasse à Mesa uma petição de pobreza, solicitando a concessão de esmola, os Visitadores tinham de se certificar desta necessidade do irmão em causa. Se a carência

⁸³ AUC (1693-1694). *Livro da receita e despesa...*, cit., fl. 2. AUC (1703-1707). *Livro da receita e despesa...*, cit., fl. 2v.

⁸⁴ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fl. 9v.

⁸⁵ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 9v-10.

⁸⁶ *Ibidem*, fls. 10v-11.

⁸⁷ *Ibidem*, fl. 11v.

de esmola fosse urgente, os visitantes podiam atribuir o valor que consideravam necessário, comunicando-o ao tesoureiro, e este libertava a quantia que seria levada ao irmão enfermo ou pobre⁸⁸.

Os sacristães assistiam nas missas que eram celebradas no altar da irmandade. Nas festas solenes e domingos, eram responsáveis por manter duas velas acesas no altar até acabar a missa do dia. Tinham as chaves dos locais onde se guardavam os ornamentos e cera da irmandade, cabendo-lhes o transporte dos círios necessários para os acompanhamentos aos irmãos defuntos. A responsabilidade de aquisição de cera para as necessidades da irmandade recaía sobre eles. Se os devotos oferecessem lâmpadas ao santo, os sacristães tinham o dever de as manter acesas. Finalmente, eram responsáveis pelo conserto do caixão e seu pano onde guardavam a imagem de São Tomás de Vila Nova com duas velas permanentemente acesas. Para mais facilmente cumprirem as suas obrigações, os irmãos que exerciam o cargo de sacristão tinham de ser moradores na freguesia da Sé⁸⁹.

Os andadores eram responsáveis por transmitir todas as informações aos irmãos, por orientação do juiz. Eram eles que convocavam os irmãos em caso de falecimento de algum membro do confraria, de eleição ou reunião da Mesa ou sempre que o juiz assim o entendesse. Para ser mais eficiente o seu trabalho, a Mesa nomeava um andador-geral, cargo remunerado, que dava recado aos andadores das freguesias (havia um para cada freguesia, não remunerado)⁹⁰. Alguns andadores acumulavam várias freguesias.

Competia à Mesa mandar celebrar missas pelos irmãos vivos e defuntos, todos os domingos e dias santos, no altar de São Tomás de Vila Nova, que se realizavam na hora em que tangia o sino por hora de Prima (seis horas da manhã). O altar tinha de estar ornado com quatro círios e duas tochas e os dois mordomos acompanhavam o sacerdote com elas, da sacristia ao altar e itinerário inverso. No dia de São Tomás de Vila Nova havia missa cantada no seu altar. Quando cada irmão morria, tinha direito à celebração de vinte missas por sufrágio da sua alma, de esmola de três vinténs (60 réis) cada uma, que eram celebradas dentro do prazo de oito dias após a morte, no altar privilegiado da Sé ou no de São Tomás, que era privilegiado todas as segundas-feiras. No oitavário de Todos os Santos, a

⁸⁸ *Ibidem*, fls. 11v-12.

⁸⁹ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fls. 12v-13v.

⁹⁰ AUC (1692). Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás..., cit., fl. 14.

irmandade mandava celebrar 50 missas pelas almas dos irmãos defuntos, pelo mesmo valor das demais, no altar de São Tomás, que nesse período também detinha estatuto de altar privilegiado⁹¹.

Os cargos administrativos das irmandades eram ocupados por elementos com reconhecida notoriedade local, devido ao seu nascimento, à pertença a outras irmandades, ao exercício de cargos camarários ou de relevo local (Reis, 2005, p. 306). Deste modo, as Mesas encontravam-se nas mãos duma oligarquia local que procurava perpetuar-se no poder, responsabilizando-se pelos principais assuntos das agremiações (Penteado, 2000, p. 461).

Por estar sedeadada na Sé e por ter sido erigida por iniciativa do cabido, a presença dos cônegos na Mesa foi permanente. São conhecidos apenas os nomes de três juizes da irmandade. O primeiro a exercer o cargo, em 1687, foi Nuno da Silva Teles, deputado do Santo Ofício de Lisboa e Lente de Cânones na Universidade⁹². Nos anos 1690-1692, 1693-1695, 1696-1697, 1700-1702 e 1703-1704, foi juiz da irmandade o bispo de Coimbra, D. João de Melo⁹³. Apesar de não termos documentação que o comprove, o prelado deverá ter sido juiz também nos períodos omissos entre 1690 e 1704, ano em que faleceu⁹⁴. A pauta de eleição de 9 de novembro de 1705, válida para o ano 1705-1706, atesta a eleição de um juiz coletivo, o cabido em sede vacante⁹⁵. Neste período, o cônego

⁹¹ *Ibidem*, fl. 8.

⁹² Natural de Lisboa, nasceu a 3 de fevereiro de 1666, filho Manuel Teles da Silva, 1.º Marquês do Alegrete e 2.º Conde de Vila Maior, e de Luísa Coutinho. Foi Deão da Sé de Lamego e cônego magistral da Sé de Braga, a partir de 9 de dezembro de 1689. Assumiu o cargo de reitor da Universidade de Coimbra (de 26 de junho de 1694 a agosto de 1702) e reformador da mesma instituição (de 9 de dezembro de 1700 a agosto de 1702). Faleceu em Torres Vedras, no dia 3 de março de 1703. AUC (1692). *Estatutos da Irmandade do Glorioso Santo Thomás...*, cit., fl. 1. (Rodrigues, 2003, p. 97).

⁹³ AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1691-1692). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1694-1695). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1701-1702). *Livro da receita e despeza...*, III, cit., fl. 2. AUC (1703-1707). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2.

⁹⁴ Sobre o falecimento e cerimónias fúnebres do bispo D. João de Melo consulte-se AUC (1699-1714). *Acordos do Cabido da Sé*, cit., fls. 116-117v.

⁹⁵ AUC (1703-1707). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2v.

Maurício Saraiva da Costa⁹⁶ exerceu funções de vigário-geral, tendo tido certamente um papel de destaque na gestão da irmandade⁹⁷.

Tabela 1 – Mesários da Irmandade (1690-1706)

Ano	Nome	
	Escrivão	Procurador
1687	cónego Luís de Loureiro de Albuquerque	-
1690-1691	cónego Fernando de Almeida	Francisco Pequerim
1691-1692	cónego Diogo de Andrade Leitão	João Correia da Silva
1693-1694	cónego Diogo de Andrade Leitão	Bento Madeira
1694-1695	cónego Inácio de Sousa Valdez	Manuel do Vale Sottomayor
1696-1697	cónego D. João de Sousa	Desembargador Lourenço Brandão
1700-1701	cónego Maurício Saraiva da Costa	pe. Manuel Gomes Mendes
1701-1702	cónego Sebastião Tavares de Carvalho	pe. Neutel Fialho
1703-1704	cónego Luís Pereira de Melo	pe. João Carreira da Fonseca
1705-1706	cónego Francisco Mendes Pimentel	pe. Bartolomeu da Silva
Tesoureiro		Visitadores
1687	Amaro Lopes	-
1690-1691	José Ferreira	João de Miranda; Sebastião Rodrigues
1691-1692	José Ferreira	João de Miranda; Sebastião Rodrigues
1693-1694	José Ferreira	pe. Manuel Gomes Mendes; João de Miranda
1694-1695	José Ferreira	pe. Manuel Gomes Mendes; Pe. Neutel Fialho
1696-1697	João António, livreiro	Domingos Ribeiro, meirinho do fisco; Pe. Manuel Gomes Mendes
1700-1701	Sebastião Rodrigues	pe. Francisco Pereira; Francisco de Moraes de Sousa, boticário
1701-1702	José Antunes da Silva, livreiro	pe. Sebastião Barreto Machado; Pe. Bartolomeu da Silva
1703-1704	José Antunes da Silva, livreiro	pe. Bartolomeu da Silva; Dr. Sebastião da Costa
1705-1706		

⁹⁶ Nasceu em 1643, em Trancoso. Durante 21 anos foi coadjutor do seu meio irmão, o cónego Antão Saraiva Teixeira e tinha sido antes abade da Trapa no Bispado de Viseu. Foi vigário de São Martinho do Bispo (Bispado de Coimbra). Faleceu a 2 de fevereiro de 1728, com oitenta e cinco anos de idade. Foi sepultado na Sé, junto ao altar de São Sebastião. AUC (1641), *Livro em que se assentão os Capitulares e mais Beneficiados desta Sé defunctos começando do anno de 1641*, III, 1^oD-4-1-84, fls. 105v-106.

⁹⁷ AUC (1641), *Livro em que se assentão os Capitulares...*, cit., fls. 105v-106.

	José Antunes da Silva, Pantaleão Cordeiro; José de Oliveira livreiro Correia
Mordomos	
1687	-
1690-1691	cónego Cristóvão de Sá de Meneses; cónego Inácio de Sousa Valdez; D. João de Sousa; D. Álvaro Pires de Castro
1691-1692	José de Vasconcelos; António Teles; João Correia de Lacerda; cónego Inácio de Sousa Valdez
1693-1694	cónego Inácio de Sousa; Doutor João Soveral Machado; Cristóvão de Melo; D. Tomás de Noronha
1694-1695	cónego Manuel Andrade e Sousa; cónego Cristóvão de Sá e Melo; Cristóvão de Melo; D. Lourenço de Almeida
1696-1697	José de Melo; D. Francisco de Sousa; cónego Francisco Dias Galvão; D. António de Lencastre
1700-1701	Tomás da Silva e Teles; D. João Mascarenhas
1701-1702	D. Henrique de Meneses; José Cesar; Manuel de Melo; cónego Luís Pereira de Melo
1703-1704	Gonçalo Pereira; Caetano Cabral; cónego Bernardo de Figueiredo
1705-1706	D. Henrique de Noronha; D. José de Meneses; D. Gaspar Moscovo
Sacristães e Mordomos da Cera	
1687	-
1690-1691	Luis de Oliveira; João Botto; Manuel Nogueira; João Rodrigues; Manuel Fernandes; Francisco Gil
1691-1692	[Mordomos de devoções] D. João de Sousa; D. Álvaro Pires de Castro; Cristóvão de Sá e Melo; D. Nuno Álvares Portugal
1693-1694	Luis de Oliveira, alfaiate; Manuel Fernandes, alfaiate; Domingos Vieira, sapateiro; Manuel Ribeiro, alfaiate; António de Sousa, alfaiate; João Rodrigues, pintor de louça; António Vieira, alfaiate; João Botto, sapateiro
1694-1695	Luis de Oliveira; António Vieira; Miguel Duarte; João Botto; João Rodrigues; Manuel Pereira; João Francisco
1696-1697	Manuel Ribeiro, o moço; João Pereira, sapateiro; Manuel Ferreira, alfaiate; Domingos Vieira, sapateiro
	-
1700-1701	Bento Pereira, alfaiate; Manuel Ferreira, alfaiate; António Gomes, alfaiate; Manuel Jorge; António de Sousa; Martinho Simões
1701-1702	Bento Pereira, alfaiate; Manuel Travassos, alfaiate; João Rodrigues, alfaiate; Manuel Jorge, palmilhador
1703-1704	Domingos da Fonseca Taveira; Miguel Duarte, alfaiate; Bento Pereira, alfaiate; Manuel Lopes; António de Sousa; António Gomes
1705-1706	

Fonte: AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1691-1692). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1694-1695) *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2. AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*,

cit., fl. 2. AUC (1701-1702). *Livro da receita e despeza...*, III, cit., fl. 2. AUC (1703-1707). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 2.

Observando a tabela 3 podemos concluir algumas tendências na escolha e nomeação dos que exerceram cargos administrativos na irmandade. Os Escrivães, sempre cónegos, e os Procuradores normalmente não renovavam mandato. O cargo de Procurador foi clericalizado, a partir do ano 1700-1701. A partir do mesmo ano, o número de mordomos deixou de respeitar as disposições estatutárias. Noutros cargos procurava-se manter a mesma pessoa em funções, durante alguns anos. Era o caso de tesoureiro e de visitantes. Os cargos de sacristães e andadores ficavam confiados a irmãos de condição social inferior. De condição inferior eram também os irmãos que para os anos 1694-1695 e 1696-1697 foram designados para transportarem o guião (designação sinónima de pendão ou estandarte), não havendo registo de nomeação desta natureza nos restantes anos⁹⁸.

5. AS CONTAS DA IRMANDADE: RECEITA E DESPESA

A Irmandade totalizava as suas receitas numa multiplicidade de esmolas que anualmente conseguia angariar⁹⁹. A instituição fazia recolher os valores pecuniários dos irmãos, por freguesia, e pelo convento de Santa Ana. Contava com os donativos depositados pelos devotos na caixa de esmolas, existente no altar do santo, e de outros e entregues por particulares. A estes somavam-se ainda as esmolas das entrâncias dos novos irmãos, da confraria e dos prometimentos para a festa. Atendamos à tabela seguinte que explana as distintas modalidades de coleta de receita da irmandade.

Tabela 2 – Receitas da irmandade, em réis (1690-1707)

	90-91	91-92	93-94	94-95	96-97	00-01	01-02	02-03	03-04	04-05	06-07
Róis das freguesias											
S. Pedro	2860	3260	2200	2040	1240	300	2100	5240	-	500	100
Salvador	300	200	300	300	-	1200	650	950	300	400	2040
Almedina	1200	1000	1500	800	1700	600	1300	500	780	850	200
Sé	9170	5800	6300	7840	2490	8160	9930	7960	5400	3730	10300

⁹⁸ AUC (1694-1695). *Livro da receita e despeza...*, cit, fl. 2. AUC (1696-1697). *Livro da receita e despeza...*, cit, fl. 2.

⁹⁹ Sobre a contabilidade das irmandades paroquiais consulte-se (Silva, 2016, pp. 95-114; Oliveira; 2016, pp. 262-267).

S. Cristóvão	4150	2900	3200	2600	3000	5000	2850	4270	3100	1750	4690
S. Bartolomeu	550	700	800	800	-	1450	1200	1400	700	1500	1300
S. Tiago	1600	2000	1750	3050	600	1800	2200	1550	1010	400	2400
Santa Cruz	200	1200	400	200	800	900	1000	1610	500	600	2000
Santa Justa	500		700	520	600	500	500	200	400	200	880
Totais	20530	17060	17150	18150	10430	19910	21730	23680	12190	9930	23910
Alimpamento dos róis ¹⁰⁰	3990	800	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa da igreja	2312	5032	2030	5060	-	6530	5775	-	-	-	1120
Esmolas da Confraria	28047	27558	36840	-	32693	20072	27116	-	-	5027	-
Entrada de Irmãos	39440	17070	16650	20430	-	9560	7390	1400	-	-	-
Esmolas particulares	5037	-	7160	3700	-	3900	67385	-	-	-	-
Rol das Freiras de Santa Ana	3050	-	700	-	-	700	-	-	-	-	1100
Prometimentos	87600	82000	73400	44200	37920	25800	-	-	-	-	-
Venda de património	-	-	-	-	-	3300	-	-	-	-	-
Rendimento das medidas das fitas ¹⁰¹	-	2310	-	-	-	1710	-	-	-	990	280
Acréscimo do ano transato	-	8626	122782	212120	10940	126680	-	-	-	-	29032
TOTAIS	190006	149520	153930	91540	81043	218162	129396	-¹⁰²	-	15947	26130

Fonte: AUC (1690-1691). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1691-1692). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1693-1694). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1694-1695) Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1696-1697). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1700-1701). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1701-1702). Livro da receita e despeza..., III, cit. AUC (1703-1707). Livro da receita e despeza..., cit.

A tabela evidencia o progressivo desleixo e omissão no registo da contabilidade da irmandade, estando as contas dos anos 1703 a 1707 todas num só livro e dispostas de forma confusa. Os valores das receitas anuais são igualmente irregulares, apesar de tendencialmente decrescentes à medida que os anos passaram. Relativamente às despesas percebe-se a mesma realidade, estando até confundida a despesa dos anos 1702 a 1704.

¹⁰⁰ Cobrança de anuais em atraso, executada pelos irmãos da Mesa. AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit. fl. 15.

¹⁰¹ “Medidas da fita da grossura, ou altura de algum santo a qual se traz por devoção”. Bluteau, Rafael (1789). *Diccionario da Lingua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, p. 68.

¹⁰² Nos anos de 1702-03 e 1703-04 não se procedeu ao somatório das receitas por omissão de alguns valores, como se constata na Tabela 4.

Ao longo dos anos em que existem despesas registadas, é notório o zelo no cumprimento das obrigações de celebração de missas pelos membros da irmandade, vivos e defuntos, conforme disposto nos Estatutos, as despesas várias com as festas, obras e manutenção da capela de São Tomás, o pagamento de serviços a pessoas individuais como o andador-geral, a pessoa que transportava a cera e aos executores da preparação da festa, entre outras obrigações.

Tabela 3 – Despesas da irmandade, em réis (1690-1707)

	90-91	91-92	93-94	94-95	96-97	00-01	01-02	02-04	06-07
Missas									
Defuntos	3600	4800	18000	12000	8400	34440	7700	26400	21600
Oitavário	3000	3000	3000	3000	3000	3000	2400	7200	4800
Semanais	5220	5040	4920	5040	5040	5280	6960	22040	9620
Festas									
Materiais/Serviços	10750	11760	9000	8300	9500	10000	8500	4020	5840
Sermões/Práticas	5280	5760	5760	4000	5280	2400	10350	21880	14400
Capela e património									
Materiais	89990	2490	5920	293380	1650	47770	13770	12050	2280
Serviços	6780	2190	920	8900	-	3990	240	900	750
Confraria									
Serviços	1600	2400	3480	2160	3000	3600	3600	12720	60
Materiais	10560	470	760	250	680	-	-	320	1590
Cera e transporte	4600	1600	14140	1000	8030	16000	17280	18330	1380
Assistência	-	-	-	-	-	480	-	-	1800
TOTAIS	141380	39510	65660	338030	44580	126990	70800	125850	64120

Fonte: AUC (1690-1691). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1691-1692). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1693-1694). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1694-1695) Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1696-1697). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1700-1701). Livro da receita e despeza..., cit. AUC (1701-1702). Livro da receita e despeza..., III, cit. AUC (1703-1707). Livro da receita e despeza..., cit.

A tabela evidencia que os encargos com as missas pelos irmãos defuntos¹⁰³, que nunca deixaram de ser celebradas em quantidade e valor da esmola estipulados pelos estatutos, e as obras na capela eram os fatores mais relevantes na flutuação do valor da despesa, provocando um considerável agravamento dos gastos em alguns anos. Destaca-se a construção de um arco novo que se fez de madeira entalhada para a capela do santo, em 1690-1691, tendo a irmandade pago 80 000 réis pela obra¹⁰⁴.

¹⁰³ Sobre as irmandades enquanto instituições intercessoras leia-se (Araújo, 1997, pp. 319-351).

¹⁰⁴ AUC (1690-1691). *Livro da receita e despeza...*, cit. fl. 23.

Em 1694-1695, foi celebrado um contrato com José Mendes, para dourar o retábulo da capela, que ele não satisfez. A irmandade pagou 280 000 réis pela intervenção não executada¹⁰⁵. Em 1700-1701, a irmandade investiu em cortinas para o altar, tendo despendido para o efeito 33 820 réis¹⁰⁶. Cumpre ainda destacar que, a partir de 1696-1697, a irmandade começou a armar o altar também no dia 18 de setembro, tendo passado a fazer festa solene ao santo duas vezes por ano. Para conseguirem suportar os gastos, passaram a despende menos na armação do altar para a festa de 18 de janeiro¹⁰⁷, na qual, inicialmente, pagavam 10 000 réis, cada ano¹⁰⁸.

Os livros de receita e despesa da confraria mostram que as contas da instituição se mantiveram com saldo positivo, na maioria do período em estudo¹⁰⁹. Apenas as contas do ano 1694-1695 resultaram em saldo negativo, mormente devido à despesa extraordinária com a intervenção não executada no altar do santo. O livro de receita e despesa do ano seguinte não consta do conjunto documental atual da irmandade, pelo que se depreende que terá sido um ano de reequilíbrio das contas, uma vez que em 1696-1697 a irmandade voltou a ter saldo positivo. Cumpre, no entanto, reforçar a desorganização da contadoria da irmandade entre 1702 e 1707, com muita informação em falta e desorganizada, não permitindo uma análise fina e cuidada, o que constitui mais uma prova do estado de debilidade e decadência em que a instituição se encontrava¹¹⁰.

A irmandade não tinha formas de ação social de exercício de caridade previstas para com elementos externos a ela, nem as executou. Há registo apenas de uma nota de despesa para “estudos dos Travassos”¹¹¹, no valor de 1800 réis, em 1707. Isto indica que, nesse ano, a irmandade auxiliou monetariamente estudantes, que como vimos constituíam um dos principais grupos do corpo social da instituição.

Também não há registo de assistência aos seus irmãos, com exceção para a concessão de uma esmola no valor de 480 réis, ao irmão António de Sousa, alfaiate, por decisão da Mesa, em 1700-1701¹¹². A

¹⁰⁵ AUC (1694-1695). *Livro da receita e despesa...*, cit, fl. 38 v.

¹⁰⁶ AUC (1700-1701). *Livro da receita e despesa...*, cit, fls. 26-27.

¹⁰⁷ AUC (1694-1695). *Livro da receita e despesa...*, cit., fls. 38v.

¹⁰⁸ AUC (1690-1691). *Livro da receita e despesa...*, cit. fl. 22v.

¹⁰⁹ O mesmo não aconteceu noutras irmandades. Sobre saldos negativos registados nas contas das irmandades tome-se como exemplo (Araújo, 2006, pp. 215-229).

¹¹⁰ AUC (1703-1707). *Livro da receita e despesa...*, cit.

¹¹¹ *Ibidem*, fl. 38.

¹¹² AUC (1700-1701). *Livro da receita e despesa...*, cit., fl. 27.

irmandade também contribuiu para a compra de sapatos para os seus andadores-gerais, em 1693-1694 (240 réis)¹¹³, em 1700-1701 (600 réis), e em 1701-1702 (600 réis)¹¹⁴.

CONCLUSÃO

O exemplo de vida de Frei Tomás de Vila Nova (1486-1555), religioso da Ordem de Santo Agostinho e académico, obteve grande recetividade entre o povo na Península Ibérica. A popularidade e devoção geradas, valeu-lhe o reconhecimento de santidade, confirmado pela Igreja Católica em 1618 (beatificação) e em 1658 (canonização). Os frades da sua Ordem assumiram a tarefa de difusão do culto, tendo contado posteriormente com o patrocínio da família real castelhana. A empreitada expressou-se na instituição de irmandades, novenas, procissões, festas, imagens e estampas.

Com o epíteto de pai dos pobres, o culto a São Tomás de Vila Nova afirmou-se pela generosidade que lhe era reconhecida, tão cara à doutrina católica que defendia a importância basilar da prática de boas obras como caminho indispensável para a salvação dos fiéis.

A devoção terá sido introduzida em Coimbra, a partir de 1681, por iniciativa do seu bispo, D. Frei Álvaro de São Boaventura que ordenou a construção de uma capela votada ao santo, na Sé de Coimbra. Concluída a obra, o cabido de Coimbra rogou à instituição congénere de Valência que lhe ofertasse uma relíquia do santo, pedido que foi atendido. Coube ao cônego Luís Loureiro de Albuquerque, mandatado pelo cabido de Coimbra, a tarefa de a ir buscar. Regressado no dia 18 de janeiro de 1687, a cidade recebeu em festa e aparato a chegada da relíquia e uma imagem de roca de São Tomás. Este gesto permitiu a aproximação do cabido coimbrão aos congéneres de Valência e de Sevilha.

Nos meses seguintes, a demonstração expressiva de adesão popular a São Tomás de Vila Nova em Coimbra levou os cônegos do cabido a decidir fundar uma irmandade votada à promoção e guardiania do seu culto. O bispo consentiu, tendo a irmandade iniciado atividade em novembro de 1687 e visto os seus estatutos aprovados no dia 10 de janeiro de 1692. A documentação da autoria da irmandade atesta a sua existência até 1755.

¹¹³ AUC (1693-1694). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 37.

¹¹⁴ AUC (1700-1701). *Livro da receita e despeza...*, cit., fl. 27.

Os estatutos impunham, à semelhança, de todas as outras instituições do período, critérios de limpeza de sangue a pessoas de ambos os sexos, impondo às mulheres um valor de esmola de entrada mais alto do que aos homens. Estes critérios de entrada acabam por justificar maior adesão de irmãos do sexo masculino do que do feminino. No entanto, a partir de 1696, alguns elementos entraram com esmolos inferiores à estipulada nas disposições estatutárias, registando-se um aumento de entradas de mulheres, no que terá sido uma tentativa de compensar o decréscimo de ingressos e procurar renovar o corpo social da irmandade. Os irmãos eram quase todos oriundos de Coimbra, sendo a maioria da freguesia da Sé, seguida das freguesias da parte alta da cidade. Esta realidade coincide com uma tendência já verificada noutros trabalhos de afetação dos irmãos às confrarias sediadas nas suas paróquias ou espaços próximos. Durante estes anos, ingressaram na irmandade elementos das três ordens sociais, abarcando uma multiplicidade de condições, desde o bispo de Coimbra, a elementos do cabido, religiosas, sacerdotes, nobres, elementos da corporação da Universidade de Coimbra e trabalhadores de ofícios mecânicos.

A Mesa, órgão máximo administrativo da instituição, era constituído por doze elementos, apesar de nem sempre se ter cumprido essa disposição estatutária. A irmandade conheceu três juízes. O mais duradouro no exercício dessas funções foi o bispo D. João de Melo, tendo a irmandade eleito um juiz coletivo em 1705, o cabido da Sé, em período de sede vacante. Os Escrivães, que foram sempre cónegos, e os procuradores normalmente não renovavam mandato. O cargo de procurador foi clericalizado, a partir do ano 1700-1701. Nos cargos de tesoureiro e visitantes prezava-se a estabilidade. Os mordomos eram sempre elementos de condição nobre e cónegos do cabido. Os restantes cargos eram confiados a irmãos de condição inferior.

A análise às contas da irmandade revela que a sua receita assentava apenas em esmolos e doações que terão sido suficientes para manter o saldo positivo das contas, na maioria dos anos. A esmagadora maioria da despesa era canalizada para o setor cultural. A assistência prestada pela irmandade aos seus irmãos era residual e inexistente para elementos externos à instituição, apesar de ter apoiado financeiramente estudantes, em 1707.

A partir de 1700, a dificuldade em renovar o seu corpo social, a concessão de descontos, que facilitavam as entradas de irmãos, as Mesas de composição reduzida, as progressivas omissões da receita e a

desorganização das contas entre os anos de 1703 e 1707, são indícios claros da fragilidade e decadência da irmandade que terá acabado por se extinguir antes do final da centúria.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Laurinda (1999). *Memórias da Alma e do Corpo. A misericórdia de Setúbal na modernidade*. Viseu: Palimage Editores.

Araújo, Ana Cristina (1997). *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Lisboa: Notícias Editorial.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2006). *A Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave. Um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*. Póvoa de Lanhoso: Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2001). *A Confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*. Vila Verde: Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2017). *Enquanto o mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2016). “Introdução”. Em Maria Marta Lobo de Araújo (coord.). *As confrarias de Braga na época barroca*. V. N. de Famalicão: Edições Húmus, pp. 12.

Araújo, Maria Marta Lobo de (2003). *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima.

Bluteau, Rafael (1789). *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau*. Tomo II. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

- Braga, Isabel Drumond (2014). “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820)”. *Revista Tempo*, v. 20, pp. 1-19.
- Caldeira, Arlindo Manuel (2021). *Mulheres enclausuradas. As ordens religiosas femininas em Portugal durante os séculos XVI a XVIII*. Lisboa: Casa das Letras.
- Campos Fernández de Sevilla, F. Javier (2023). “El difícil camino de la glorificación de Santo Tomás de Villanueva”. En Callado Estela, Emilio (edi.). *1622. Cinco santos para la Reforma Católica*. Madrid: Ceu Ediciones.
- Campos Fernández de Sevilla, F. Javier (2018). *Santo Tomás de Villanueva. Universitario, agustino y arzobispo en la España del siglo XVI*. San Lorenzo del Escorial: Ediciones Escorialenses.
- Cardoso, A. Brito (1985). “Catálogo dos Bispos da Diocese de Coimbra”. *Boletim da Diocese de Coimbra*. Coimbra: Diocese de Coimbra.
- Chaparro Contreras, Carlos (2018). "Santo Tomás de Villanueva. Arte, devoción y religiosidad en el Campo de Montiel (1618-1955)". Em Chaparro Contreras, Carlos (Coord.). *Lux Gentium. Santo Tomás de Villanueva. Arte, devoción y literatura en el Campo de Montiel*. Ciudad Real: Catálogo de la Exposición, pp. 29-64.
- Craveiro, Maria de Lurdes (2011). *A Sé Velha de Coimbra*. Coimbra: Direção Regional de Cultura do Centro.
- Cruz Grancho, Nuno (2020). “Em torno al relicário seiscentista de Santo Tomás de Villanueva, “a fin que se entenda más la devoción de dicho santo” en la Catedral de Coimbra”. *Arte y Patrimonio*, n.º 5, pp. 43-53.
- D. W. Jones, Martin (2003). *La Contrarreforma. Religión y sociedad en la Europa moderna*. Madrid: Ediciones Akal.
- Delumeau, Jean (1991). *A confissão e o perdão: a confissão católica. Séculos XIII a XVIII*. São Paulo: Editora Schwarcz.

- Dias, Pedro (1975). “Um quadro da escola valenciana na Sé de Coimbra”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tomo 15, pp. 329-337.
- Fonseca, Jorge (2019). *Os livreiros de Lisboa nos séculos XVI e XVII: estratégias económicas, sociais e familiares*. Lisboa: Edições Colibri.
- Fonseca, Jorge (2016). *Religião e Liberdade. Os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (séculos XV a XIX)*. V. N. de Famalicão: Edições Húmus.
- Garcia, P. Quintino (1892). “Auto de entrego de uma Santa reliquia del gloriosissimo Santo, Santo Thomas de Villanueva”. *Instituições Christãs*. Coimbra: Seminário de Coimbra, X ano, 2.^a série, cap. V, pp. 330-331.
- Garcia, P. Quintino (1892). “Sobre a chegada da reliquia de Sr. Santo Thomaz de Villa Nova Arcebispo de Valença a esta Sé”. *Instituições Christãs*. Coimbra: Seminário de Coimbra, X ano, 2.^a série, cap. IV, p. 263.
- Lopes, Maria Antónia (coord.) (2024). *História da Misericórdia de Coimbra*. 2 volumes. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lopes, Maria Antónia (2016). “Os pobres, os ricos e a caridade na literatura religiosa portuguesa dos séculos XVII, XVIII e XIX”. *Erasmus: Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*, 3, pp. 69-88.
- Lopes, Maria Antónia (2000). *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850)*. 2 volumes. Viseu: Palimage Editores.
- Lopes, Maria Antónia (2010). *Proteção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Mantecón Movellán, Tomás Antonio (1990). *Contrarreforma y religiosidade popular em Cantabria*. Cantabria: Universidad de Cantabria.

- Morgado Garcia, Arturo (1996). *El estamento eclesiástico y la vida espiritual en la Diócesis de Cádiz en el siglo XVII*. Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- Mota, Guilhermina (1987). “A irmandade de Nossa Senhora do Carmo da Marmeleira – Mortágua (Primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História das Ideias*, 9, p. 267.
- Oliveira, Ricardo Pessa de (2016). “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Veiros, nos finais do Antigo Regime”. *Lusitania Sacra*, 33, pp. 262-267.
- Oliveira, Ricardo Pessa de (coord.) (2024). *A Misericórdia da Redinha (Séculos XVII-XIX)*. *História, Arte e Património*. Lisboa: Edições Colibri.
- Paiva, José Pedro (coord.) (2015), *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paiva, José Pedro (2006). *Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Paiva, José Pedro (coord.) (2002-2017). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. 10 volumes. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas.
- Penteado, Pedro (2000). “Confrarias”. Em Azevedo, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 459-462.
- Reis, Maria de Fátima (2021). *Pobreza e caridade em Portugal: práticas e discursos (séculos XVI-XIX)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Reis, Maria de Fátima (2005). *Santarém no tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Edições Colibri.

A Irmandade de São Tomás de Vila Nova da cidade de Coimbra (1687-1707)181

Rodrigues, Manuel Augusto (2003). *Memoria Professorum Vniuersitatis Conimbrigensis. 1290-1772*. Vol. 1. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Sá, Isabel dos Guimarães (2001). *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sá, Isabel dos Guimarães e Lopes, Maria Antónia (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sá, Isabel dos Guimarães (1997). *Quanto o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Sá, Isabel dos Guimarães e Rodrigues, Lisbeth (ed.) (2023). *The Confraternities of Misericórdia and the Portuguese Diasporas in the Early Modern Period*. Leiden: Brill.

Sánchez de Madariaga, Elena (2014). “Caridad, devoción e identidade de origen: las cofradías de naturales y nacionales en el Madrid de la Edad Moderna”. En Álvarez Gila, Óscar; Angulo Morales, Alberto; Ramos Martinez, Jon Ander (dirs.). *Devoción, paisanaje e identidad. Las cofradías y congregaciones de naturales en España y en América (siglos XVI-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, pp. 17-32.

Rebelo, António Manuel Ribeiro y Urbano, Carlota Miranda (coords.) (2020). *Isabel, Rainha e Santa. Pervidência de um culto centenário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Santos, Josival Nascimento dos (2015). *D. João de Melo bispo de Elvas, Viseu e Coimbra (1670-1704)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

Silva, Hugo Ribeiro da (2010). *O cabido da Sé de Coimbra. Os homens e a instituição, 1620-1670*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Silva, Ricardo (2016). “Confrarias conventuais em Braga na Época Moderna”. En Maria Marta Lobo de Araújo (coord.). *As confrarias de Braga na Época Moderna*. V. N. de Famalicão: Edições Húmus, pp. 65-75.
- Silva, Sara (2016). “A contabilidade da confraria de Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)”. Em Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.). *As confrarias de Braga na época moderna*. V. N. de Famalicão: Edições Húmus, pp. 95-114.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos de (dir.) (2016). *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento. Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte. 3.^a edição.
- Tavares, Maria José Ferro (1989). *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença.
- Vincent-Cassy, Cécile (2012). “Las fiestas de canonización en la España del siglo XVII, polifonia de la santidad monárquica”. En Atienza López, Ángela (ed.). *Iglesia Memorable. Crónicas, historias, escritos...a mayor gloria. Siglos XVI-XVIII*. Madrid: Sílex ediciones, pp. 149-167.
- Walsh, Michael (2007). *Dicionário de Papas*. Lisboa: Edições 70.